

## **Avaliação Externa das Escolas** **Relatório de escola**

# **Agrupamento de Escolas Engenheiro Duarte Pacheco LOULÉ**

**Delegação Regional do Algarve da IGE**  
**Datas da visita: 18 a 20 de Março de 2009**

## I - INTRODUÇÃO

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa. Por sua vez, o programa do XVII Governo Constitucional estabeleceu o lançamento de um «programa nacional de avaliação das escolas básicas e secundárias que considere as dimensões fundamentais do seu trabalho».

Após a realização de uma fase piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspeção-Geral da Educação (IGE) de acolher e dar continuidade ao processo de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase-piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade, entretanto consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do **Agrupamento de Escolas Engenheiro Duarte Pacheco**, em Loulé, realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efectuada entre **18 e 20 de Março de 2009**.

Os capítulos do relatório — Caracterização do Agrupamento, Conclusões da Avaliação por Domínio, Avaliação por Factor e Considerações Finais — decorrem da análise dos documentos fundamentais do Agrupamento, da sua apresentação e da realização de entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o Agrupamento, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa congratula-se com a atitude de colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

O texto integral deste relatório, bem como um eventual contraditório apresentado pelo Agrupamento, encontra-se no sítio da IGE em: [www.ige.min-edu.pt](http://www.ige.min-edu.pt)

### Escala de avaliação

#### Níveis de classificação dos cinco domínios

**MUITO BOM** – Predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

**BOM** – A escola revela bastantes pontos fortes decorrentes de uma acção intencional e frequente, com base em procedimentos explícitos e eficazes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem muitas vezes do empenho e da iniciativa individuais. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto forte na melhoria dos resultados dos alunos.

**SUFICIENTE** – Os pontos fortes e os pontos fracos equilibram-se, revelando uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola. No entanto, essas acções têm um impacto positivo na melhoria dos resultados dos alunos.

**INSUFICIENTE** – Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes. A escola não demonstra uma prática coerente e não desenvolve suficientes acções positivas e coesas. A capacidade interna de melhoria é reduzida, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco relevantes para o desempenho global. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto limitado na melhoria dos resultados dos alunos.

## II - CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas Engenheiro Duarte Pacheco situa-se em Loulé, distrito de Faro, e foi constituído no ano lectivo de 2007/2008. Para além da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos (EB2/3), com a mesma designação, inclui três jardins-de-infância (JI) e três escolas básicas do 1.º Ciclo (EB1) – JI Mira Serra, EB1/JI de Gilvrasino, EB1 Mãe Soberana, EB1/JI Hortas de Santo António e EB1 da Estação. Estes estabelecimentos de ensino situam-se nas proximidades da escola sede, à excepção das EB1 da Estação e EB1/JI de Gilvrasino, que distam cinco e sete quilómetros, respectivamente.

O Agrupamento é frequentado por 1288 crianças/alunos: 185 na Educação Pré-Escolar (8 grupos); 440 no 1.º Ciclo do Ensino Básico – CEB – (21 turmas); 276 no 2.º CEB (10 turmas); 326 no 3.º CEB (17 turmas); 61 (3 turmas) nos cursos de educação e formação (CEF). Do total de alunos, 35% estão abrangidos pela Acção Social Escolar e 14% são de nacionalidade estrangeira. Em regime nocturno, 40 alunos (2 turmas) frequentam cursos de alfabetização e 132 estão inscritos em acções de curta duração de Informática (3 turmas), Espanhol (1 turma), Inglês (2 turmas) e Português para Estrangeiros (2 turmas). No Agrupamento, trabalham 144 docentes, sendo 55% do quadro de escola, 25% do quadro de zona pedagógica, 11% contratados e 9% destacados. O pessoal não docente é constituído por 63 funcionários, dos quais 11 desempenham funções nos serviços administrativos.

O edifício principal da escola sede foi construído em 2002 e é composto por dois pisos que, para além das salas de aula, têm diversos espaços de apoio, nomeadamente biblioteca escolar/centro de recursos educativos (BE/CRE), laboratórios, sala de Informática, auditório, salas de alunos, de professores e de directores de turma, serviços administrativos, cozinha, refeitório, bufete, papelaria e reprografia, entre outros. Existe, ainda, um pavilhão gimnodesportivo, de construção mais antiga, campos de jogos exteriores e espaços de recreio. A EB1/JI Hortas de Santo António funciona, desde o ano lectivo de 2006/2007, num edifício novo. É constituída por salas de aula/actividades, cozinha, refeitório, BE/CRE (em fase de instalação), salas de expressões e polivalente, gabinetes de trabalho, campo de jogos e parque infantil. A EB1 Mãe Soberana, para além das salas de aula, tem BE/CRE, refeitório, sala polivalente e zonas de recreio. Nas EB1 da Estação e EB1/JI de Gilvrasino estão a decorrer obras de ampliação, estando prevista a construção de refeitórios e outros espaços de apoio. O JI Mira Serra conta com salas de actividades, refeitório, sala polivalente, gabinetes de trabalho e parque infantil.

## III - CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

### 1. RESULTADOS

BOM

No final de cada período lectivo, os resultados dos alunos são analisados no Conselho Pedagógico, nos departamentos e/ou grupos disciplinares e nos conselhos de turma. No sentido da sua melhoria, e com o intuito de combater o abandono escolar, foram criados os cursos de educação e formação e implementadas algumas medidas pedagógicas e organizativas, entre as quais se destacam: a adesão ao Plano de Acção para a Matemática; a atribuição, a esta disciplina, do tempo lectivo a decidir pelo Agrupamento, no 5.º ano de escolaridade; a dinamização, por parte de todos os níveis de educação/ensino, do Plano Nacional de Leitura. Contudo, apesar dos resultados dos exames do 9.º ano, em 2007/2008, terem sido, em Língua Portuguesa, idênticos às médias nacionais (3,3 valores) e, em Matemática, superiores (3,2 para 2,9 valores), nas provas de aferição dos 4.º e 6.º anos, em ambas as disciplinas, as percentagens de classificações positivas obtidas pelos alunos do Agrupamento foram inferiores às médias nacionais. Pelo contrário, no ano lectivo de 2007/2008, as taxas de conclusão dos 1.º e 2.º CEB (88,5% e 90,8%, respectivamente) foram mais elevadas do que as do 3.º CEB (65,1%).

A formação cívica dos alunos é promovida através da adesão a projectos que contemplam actividades direccionadas para a educação ambiental, a saúde e o desporto, bem como de clubes, que têm contribuído não só para o desenvolvimento pessoal e social dos alunos que, segundo os entrevistados, apresentam, na generalidade, um comportamento disciplinado, mas também para um maior impacto e valorização do Agrupamento pela comunidade local.

## 2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

BOM

Tendo em vista a articulação entre os diferentes ciclos, têm sido desenvolvidas algumas actividades que envolvem todos os alunos do Agrupamento, designadamente a comemoração das datas festivas e a dinamização do Plano Nacional de Leitura e de outros projectos realizados no âmbito das bibliotecas escolares. A constituição do conselho de articulação interciclos também tem permitido a análise das dificuldades manifestadas pelos alunos nos vários ciclos, tendo sido delineadas algumas medidas de superação, em particular nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática. Contudo, ainda são reduzidos os procedimentos que, de modo formal, sistemático e consistente, assegurem a sequencialidade curricular entre os anos de escolaridade. A interdisciplinaridade nos 2.º e 3.º CEB é promovida nos conselhos de turma, mas concretiza-se, sobretudo, na Área de Projecto, onde são exploradas temáticas que, por vezes, culminam na realização de exposições abertas à comunidade. A análise dos conteúdos programáticos das diferentes disciplinas, no sentido de uma melhor gestão do currículo, não tem sido uma prática comum, nomeadamente nas disciplinas que abordam conteúdos afins.

Não existe acompanhamento da prática lectiva em sala de aula. As planificações anuais são elaboradas em sede de grupo disciplinar ou departamento e a preparação das aulas é feita individualmente. No sentido da diferenciação pedagógica, são dados apoios pedagógicos aos alunos com necessidades educativas especiais e são aplicados planos de recuperação e acompanhamento pelos professores/directores de turma e dados a conhecer aos respectivos pais/encarregados de educação. Aos alunos de nacionalidade estrangeira, são disponibilizadas aulas de Língua Portuguesa e, no 1.º CEB, são oferecidas actividades de enriquecimento curricular. Em regime nocturno, são promovidas acções de curta duração que têm contribuído para a qualificação profissional da população.

## 3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

BOM

O Projecto Educativo define a missão do Agrupamento: “promover uma escola de excelência, em que o aluno fique possuidor de competências e de um espírito crítico, capazes de dar resposta à dinâmica do mundo de amanhã e de «aprender a aprender» ao longo da vida”. Para a consecução deste desígnio propõe-se criar condições facilitadoras da formação integral do aluno, tornar o Agrupamento uma instituição com identidade própria, interveniente e aceite junto da comunidade, e preparar a construção e vivência da autonomia, no quadro de uma gestão partilhada e de articulação dos vários órgãos e serviços. Contudo, o Plano Anual de Actividades e os Projectos Curriculares de Escola/Jardim-de-Infância não reflectem uma efectiva articulação curricular interciclos.

Os critérios de distribuição de serviço docente privilegiam a continuidade dos grupos/turmas e dos projectos dinamizados pelos mesmos docentes, sendo certo que, na atribuição das turmas dos cursos de educação e formação, é considerado o perfil dos professores. Este critério também se aplica na gestão do pessoal não docente, havendo, no entanto, rotatividade de funções, à excepção do que assegura o serviço da biblioteca e da papelaria. Na formação do pessoal, têm sido privilegiadas as temáticas relacionadas com as novas tecnologias, alimentação saudável, higiene e segurança.

As instalações da EB2/3 foram consideradas adequadas, embora tenha sido salientada a escassez dos espaços face ao actual número de alunos e a degradação do pavilhão gimnodesportivo e dos espaços exteriores. As escolas do 1.º CEB e os jardins-de-infância têm sido sujeitos a melhoramentos levados a cabo pela Autarquia, tendo sido evidenciada a sua intervenção no sentido de dar resposta às actuais exigências do currículo e de apoio às famílias. Esta mesma intenção tem estado subjacente à aplicação dos recursos financeiros do Agrupamento que, para além das despesas de manutenção, privilegia a aquisição de material didáctico e o apetrechamento informático dos espaços, tentando assegurar a igualdade de oportunidades no acesso de todos os alunos a experiências de aprendizagem diversificadas. A interacção com as famílias e a comunidade também é um dos propósitos do Agrupamento, concretizada principalmente no âmbito da comemoração das efemérides, do Plano Nacional de Leitura e da Área de Projecto, iniciativas que também envolvem as entidades locais.

#### 4. LIDERANÇA

BOM

As práticas de gestão assentam nas linhas de actuação definidas no Projecto Educativo, que estabelecem como metas a melhoria dos resultados dos alunos, tendo em vista 70% de sucesso, e a redução da taxa de abandono para valores inferiores a 1%. Com esta finalidade, foram criados os cursos de educação e formação, são dinamizados diversos projectos e clubes direccionados para a formação cívica dos alunos e são promovidas condições de segurança e bem-estar, de modo a prevenir a ocorrência de comportamentos desajustados. Também foram implementadas medidas promotoras da motivação e do empenho dos alunos e dos funcionários, como a atribuição de prémios de mérito e a disponibilização de recursos inovadores, designadamente equipamento informático. Nesta perspectiva, são estabelecidas parcerias com a Autarquia, as Juntas de Freguesia, o Centro de Saúde e outras entidades da região. Na consecução destes propósitos, segundo a opinião dos entrevistados, o órgão de gestão promove uma liderança positiva, partilhada com o Conselho Pedagógico, com o Conselho Geral Transitório e com as estruturas de coordenação e supervisão pedagógica. Contudo, a este nível intermédio, nem sempre há uma actuação que, de modo formal, articulado e consistente, promova a planificação e a monitorização das práticas pedagógicas.

#### 5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DO AGRUPAMENTO

SUFICIENTE

No presente ano lectivo, foi iniciado um processo formal de auto-avaliação, levado a cabo por cinco grupos de trabalho que se debruçaram sobre a análise dos cinco domínios do quadro de referência da Avaliação Externa das Escolas. A recolha de informação incluiu a aplicação de questionários e a análise de actas e relatórios dos órgãos de gestão e das estruturas de supervisão pedagógica. Os resultados parciais deste processo foram divulgados, pela primeira vez, no início da avaliação externa, não tendo sido elaborado, até ao momento, um relatório de auto-avaliação, nem apresentados planos de melhoria. A continuidade deste processo avaliativo, valorizado por todos os entrevistados, e os aspectos fortes reconhecidos no Agrupamento, em particular a liderança empenhada da Comissão Executiva Instaladora, a estabilidade e a motivação do corpo docente e não docente, o clima interpessoal positivo e a participação activa da Autarquia e da Associação de Pais na melhoria dos recursos escolares, parecem favorecer o progresso do Agrupamento.

### IV - AVALIAÇÃO POR FACTOR

#### 1. RESULTADOS

##### 1.1 SUCESSO ACADÉMICO

Os resultados obtidos pelos alunos dos 1.º e 2.º CEB, no ano lectivo de 2007/2008, situaram-se abaixo das médias nacionais. Nas provas de aferição do 4.º ano, em Língua Portuguesa (LP), 85% dos alunos obtiveram classificação positiva, enquanto, a nível nacional, este valor se cifrou em 89,5%. Em Matemática, os resultados registados no Agrupamento (82%) situaram-se 8,8% abaixo dos nacionais. O mesmo se verificou nas provas de LP e de Matemática do 6.º ano – 90,6% e 79,9%, respectivamente, de classificações positivas no Agrupamento, para 93,4% e 81,8% a nível nacional. Nos exames do 3.º CEB, as classificações obtidas pelos alunos, em LP, nos anos lectivos de 2006/2007 e 2007/2008, foram idênticas às médias nacionais (3,2 e 3,3 valores). Em Matemática, no ano de 2006/2007, a média obtida pelos alunos (2,2) situou-se 0,2 valores abaixo da referência nacional, mas, em 2007/2008, registou-se uma subida para 3,2, sendo este valor superior à média nacional (2,9 valores). A taxa de abandono escolar situa-se abaixo de 1%, tendo sido afirmado pelos entrevistados que os casos existentes se devem ao regresso dos alunos estrangeiros ao seu país de origem, sem formalizarem a transferência.

A análise dos resultados escolares é feita em Conselho Pedagógico (CP), nos departamentos, nos grupos disciplinares e nos conselhos de turma. Contudo, para além de uma apreciação genérica dos resultados, não existe uma prática sistemática de monitorização da implementação das estratégias, nem das consequências daí decorrentes. Com vista à melhoria dos resultados de Matemática, está a ser aplicado o Plano de Acção para a Matemática (PAM) aos alunos dos 6.º, 7.º e 9.º anos, existindo assessorias em algumas das turmas. Por outro lado, no 5.º ano, os 45 minutos do tempo a decidir pelo Agrupamento foram atribuídos a esta disciplina, o mesmo acontecendo no 6.º ano, a 45 minutos do Estudo Acompanhado. Ainda como opção conducente à melhoria dos resultados, foram criados os CEF, na área da Hotelaria e Restauração (Empregado de Bar), foi implementado o Plano Nacional de Leitura (PNL) e são leccionados 90 minutos de Português Língua Não Materna (PLNM) a 26 alunos dos 2.º e 3.º CEB.

## 1.2 PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CÍVICO

No presente ano lectivo, foi impulsionado o envolvimento dos alunos na tomada de decisões, tendo sido realizadas duas reuniões entre o Presidente da Comissão Executiva Instaladora (CEI) e os delegados das turmas, com o objectivo de auscultar os alunos dos 2.º e 3.º CEB sobre o funcionamento do Agrupamento e ouvir as suas propostas. No sentido de incentivar a maior participação dos alunos nas actividades escolares e promover a sua formação pessoal e social, foram desenvolvidas outras iniciativas, cuja organização e realização contaram com a sua colaboração. São exemplo a pintura de paredes e cacifos e a decoração da Unidade de Transição pelos alunos com necessidades educativas especiais (NEE) que frequentam aquele espaço; a dinamização de alguns ateliês pelos alunos do 3.º CEB, aquando da comemoração do Dia da Criança; a recepção, por parte dos alunos do 1.º CEB, no início do ano lectivo, aos novos colegas e a visita às instalações; a organização de festas e jantares, para os pais/encarregados de educação (EE), pelos alunos dos CEF; a recolha de roupas, livros e outros bens destinados a instituições de solidariedade social; o apadrinhamento das crianças da Educação Pré-Escolar e do 1.º CEB, por parte dos alunos dos 2.º e 3.º CEB, no âmbito do projecto “Sopalândia”; a participação dos alunos do 9.º ano no “Jogo da Democracia” dinamizado pela Autarquia, que consiste na simulação de uma Assembleia Municipal, com debate das propostas apresentadas pelos alunos das escolas do concelho. Todavia, os alunos não foram envolvidos na concepção e na elaboração dos documentos estruturantes do Agrupamento, como o Projecto Educativo (PE) e o Plano Anual de Actividades (PAA). Relativamente aos projectos curriculares de turma (PCT), os alunos participaram na selecção dos temas a desenvolver na Área de Projecto. Como forma de valorizar o sucesso e o comportamento social e cívico dos alunos, foi instituído o “Quadro de Excelência”. Com o mesmo objectivo, a Fundação “Jack Petchey” e o “Rotary Club de Loulé” atribuem prémios aos alunos que se distinguem naquelas áreas.

## 1.3 COMPORTAMENTO E DISCIPLINA

As relações entre alunos, professores e restantes funcionários foram elogiadas, tendo sido opinião unânime que, fruto da maior vigilância das instalações, do controlo efectivo das entradas e saídas nos estabelecimentos de educação/ensino e do encaminhamento dos alunos com dificuldades de integração para as turmas de CEF, as situações de indisciplina têm vindo a diminuir progressivamente. Os casos existentes são pontuais e os mais graves decorrem das relações interpessoais, principalmente entre os alunos do 5.º ano de escolaridade, e são alvo de uma intervenção rápida e directa da CEI e/ou dos professores/directores de turma, que se envolvem pessoalmente na sua resolução e na procura de soluções para as situações de conflito. Ainda como forma de prevenir casos de indisciplina, no início do ano lectivo, é distribuído, aos alunos dos 2.º e 3.º CEB, o “Guia do Aluno”, onde constam as normas de conduta e os seus direitos e deveres. Também têm sido realizadas diversas acções de sensibilização, nomeadamente sobre a temática do “Bullying”.

## 1.4 VALORIZAÇÃO E IMPACTO DAS APRENDIZAGENS

A oferta dos CEF, a participação dos alunos que os frequentam em eventos realizados pela Câmara Municipal de Loulé, a obtenção de prémios em concursos de “cocktails” dinamizados pela Escola de Hotelaria e Turismo de Faro e a sua posterior integração na vida activa têm dado credibilidade ao trabalho do Agrupamento e contribuído para a valorização das aprendizagens por parte dos EE e da comunidade. A presença dos alunos do “Clube da Música” em alguns eventos, como a festa de atribuição de prémios da Fundação “Jack Petchey”, e a divulgação de actividades realizadas nas bibliotecas da EB 2/3 e da EB1 Mãe Soberana em alguns jornais locais, como o “Louletano” e a “Voz de Loulé”, também têm promovido a “imagem” do Agrupamento junto do meio. Os diferentes estabelecimentos de educação/ensino têm sido alvo de uma crescente procura, por parte de famílias residentes, ou que trabalham em Loulé, o que evidencia a satisfação quanto ao serviço prestado.

## 2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

### 2.1 ARTICULAÇÃO E SEQUENCIALIDADE

No sentido de desenvolver a articulação entre os diferentes níveis de educação/ensino, no ano lectivo anterior, foi criado o conselho de articulação interciclos, constituído pelos coordenadores dos departamentos da Educação Pré-Escolar e do 1.º CEB e pelos representantes das disciplinas de LP e de Matemática do 2.º e do 3.º CEB. Nas reuniões já realizadas, foram definidas algumas competências a desenvolver nos três ciclos, como o comportamento assertivo, a conduta em sala de aula, o uso do dicionário e da gramática e o desenvolvimento do raciocínio, do cálculo mental e da memória. Com a mesma finalidade, são promovidas práticas pedagógicas como: a criação, no âmbito do PNL, na EB1/JI Hortas de Santo António, do “Livro Viajante”, com histórias iniciadas pelos grupos da Educação Pré-Escolar e continuadas pelas turmas do 1.º CEB; a comemoração conjunta de efemérides; o desenvolvimento, pela Educação Pré-Escolar e pelo 1.º CEB, do projecto “Sair da Concha”; a elaboração, no JI Mira Serra, aquando da “Semana da Leitura”, de um “livro gigante”, com a participação dos quatro grupos de crianças; a realização de diferentes actividades de exploração da oralidade, envolvendo uma turma do 4.º ano da EB1 Mãe Soberana e outra do 6.º ano, que culminou com a compilação de um livro; a participação, uma vez por período lectivo, de cada um dos grupos/turma na “Hora do Conto”, actividade planificada pela coordenadora das BE/CRE e pelos respectivos docentes e que decorre na EB1 Mãe Soberana. Outro aspecto a salientar é a publicação do livro “Voando nas Asas de uma Pomba Branca”, por parte da equipa das BE/CRE, com o apoio da Câmara Municipal de Loulé, que resultou de uma história elaborada e ilustrada por alunos de todos os ciclos. Contudo, na sua maioria, estas actividades não contam com a participação de todos os alunos do Agrupamento, assumindo um carácter essencialmente informal, designadamente ao nível da sua planificação, concretização e avaliação. As acções desenvolvidas, no sentido de assegurar a sequencialidade dos conteúdos programáticos dos diferentes anos/ciclos, são reduzidas, bem como a articulação entre docentes. O conhecimento sobre os alunos que transitam de ciclo resulta sobretudo do contacto informal entre os docentes. Nos 2.º e 3.º CEB, este processo é promovido pela continuidade dos docentes e, no início do ano lectivo, os conselhos de turma analisam os PCT do ano anterior, de modo a recolher elementos que lhes permitam realizar a caracterização de cada uma das turmas. A Escola Secundária de Loulé viabiliza a divulgação da sua oferta formativa, dado que acolhe a maior parte dos alunos do 3.º CEB.

### 2.2 ACOMPANHAMENTO DA PRÁTICA LECTIVA EM SALA DE AULA

Os mecanismos de monitorização e acompanhamento da prática lectiva são insuficientes. No 1.º CEB, os professores que leccionam o mesmo ano de escolaridade elaboram as planificações de médio e longo prazo nas reuniões dos conselhos de ano, sendo posteriormente adaptadas aos respectivos PCT. Nos 2.º e 3.º CEB, os grupos disciplinares são as estruturas privilegiadas para o trabalho em comum, quer para a elaboração das planificações, quer para a construção e partilha de materiais didácticos. As reuniões dos departamentos destinam-se, primordialmente, à passagem de informações do CP, à

planificação das actividades constantes do PAA e à definição dos critérios de avaliação. O conhecimento sobre o desempenho dos professores, por parte dos responsáveis pela supervisão, resulta, somente, dos balanços realizados nas reuniões e dos materiais elaborados para a leccionação, como fichas de trabalho e testes de avaliação, arquivados em dossiês. A observação directa das aulas ainda não constitui uma prática instituída. A supervisão das actividades de enriquecimento curricular (AEC), pelos professores titulares de turma do 1.º CEB, traduz-se em contactos informais e na análise das planificações que lhes são entregues pelos dinamizadores destas actividades.

### 2.3 DIFERENCIAÇÃO E APOIOS

Os 22 alunos com NEE são apoiados por cinco docentes de educação especial. Este apoio ocorre dentro da sala de aula ou na Unidade de Transição, um espaço criado na escola sede para o atendimento individual ou em pequeno grupo daqueles alunos. Nas situações em que os alunos não beneficiam de apoio directo dos docentes de educação especial, os elementos desta equipa participam nos conselhos de turma, apresentando propostas de trabalho e colaborando na avaliação das estratégias implementadas. Na sequência da identificação das crianças/alunos, por parte dos professores titulares de grupo/turma e dos conselhos de turma, é feita uma avaliação diagnóstica pelos dois psicólogos que trabalham, duas vezes por semana, na EB2/3 e pela psicóloga que desempenha funções, em tempo parcial, na EB1 Mãe Soberana. As situações não abrangidas por estes técnicos são encaminhadas para o Gabinete de Apoio à Família (GAF) da Câmara Municipal de Loulé, onde, neste momento, apenas uma psicóloga educacional exerce funções. A partir deste diagnóstico, são determinadas as medidas de apoio a adoptar, quer junto dos alunos e dos respectivos professores, quer do seu agregado familiar, quando a situação o justifica. Nos 2.º e 3.º CEB, os alunos que não são abrangidos pela educação especial são encaminhados para tutorias e/ou aulas de recuperação. No 1.º CEB, os apoios educativos são prestados por uma docente colocada para o efeito, pelo vice-presidente e pela assessora do 1.º CEB da CEI, o que, na opinião dos entrevistados, é insuficiente, uma vez que não lhes é possível dar resposta a todos os alunos que necessitam. No JI Hortas de Santo António, as crianças com NEE beneficiam do apoio da equipa de Intervenção Precoce, seis horas por semana.

### 2.4 ABRANGÊNCIA DO CURRÍCULO E VALORIZAÇÃO DOS SABERES E DA APRENDIZAGEM

Os horários dos alunos foram organizados de forma a contemplar tempos livres para o seu envolvimento em actividades de complemento curricular, como os clubes e projectos. Para além do Desporto Escolar, em que têm obtido bons resultados, existem os clubes de “Teatro”, da “Música”, do “Património” e da “Leitura”, identificados pelos alunos como tendo um bom nível de participação e onde são desenvolvidas actividades diversificadas e de interesse para o seu nível etário. No 1.º CEB, são facultadas AEC de Actividade Física e Desportiva, Educação Musical e Inglês. Com o intuito de incentivar a prática experimental, anualmente, durante o “Dia das Ciências”, são abertos os laboratórios a todos os grupos/turmas do Agrupamento. No 3.º CEB, a organização dos horários prevê o desdobramento de aulas de Ciências Naturais e de Físico-Química. Contudo, apenas pontualmente se realizam actividades experimentais, dependendo da opção de cada professor.

## 3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

### 3.1 CONCEPÇÃO, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE

Na perspectiva de formar cidadãos responsáveis, competentes, autónomos e solidários, o PE define as metas a atingir no triénio 2007/2010. Entre outros objectivos, prevê a melhoria das condições de trabalho de todos os elementos da comunidade escolar, a articulação entre os planos curriculares e as actividades de complemento curricular, de modo a facilitar a formação integral e o sucesso educativo dos alunos e a interacção com a comunidade local. Com esta intenção, são perspectivadas diversas acções, como o melhor equipamento dos espaços escolares, a formação do pessoal docente e não docente, a dinamização de projectos interdisciplinares e a diversificação de cursos e actividades de



enriquecimento que, promovendo a aquisição de valores democráticos, hábitos de leitura e escrita, métodos de estudo e trabalho e rotinas de vida saudável, se constituam como “um desafio cognitivo, estético, ético e psicomotor”. Em coerência com estes princípios, foi definido, nos Projectos Curriculares de Escola/JL, o “perfil de competências” das crianças/alunos no final de cada um dos ciclos, bem como o respectivo desenho curricular. Do PAA constam as propostas a desenvolver no âmbito das efemérides, as visitas de estudo e os projectos a dinamizar pelos diferentes departamentos e pela equipa das BE/CRE. Também está calendarizada a avaliação intercalar e de final de período lectivo, bem como as reuniões com os EE. Contudo, e apesar da coerência entre os diferentes documentos de planeamento, o PAA está estruturado por unidades escolares e/ou níveis de ensino, não se apresentando como um documento aglutinador de todas as actividades do Agrupamento.

### 3.2 GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Na distribuição do serviço docente, o órgão de gestão privilegia a continuidade pedagógica, tendo em consideração, simultaneamente, a experiência profissional e a formação específica de cada um. No Estudo Acompanhado e na Área de Projecto do 2.º CEB, pretende-se que os pares pedagógicos sejam constituídos por docentes de diferentes grupos disciplinares, havendo também a intenção de reduzir o número de professores nos conselhos de turmas. A coordenação das estruturas de coordenação e supervisão pedagógica é assumida pelos docentes titulares. Na atribuição das direcções de turma, é dada prioridade aos professores do quadro, de modo a promover a estabilidade e o relacionamento interpessoal com alunos e EE, assim como viabilizar planos/projectos anuais e plurianuais. Nas turmas dos CEF, é tido em atenção o perfil dos docentes, pretendendo-se que exista uma melhor relação entre alunos e professores, de modo a que a resposta educativa seja mais eficaz. A integração dos novos docentes é feita pela CEI e pelos coordenadores dos departamentos, sendo-lhes distribuído o “Guião do Professor”, que contém algumas orientações e normas de funcionamento do Agrupamento. Relativamente ao pessoal não docente, a atribuição de tarefas é feita de acordo com a formação, a experiência e as apetências de cada um, particularmente no que se refere à distribuição do serviço que envolve os alunos com NEE. Sempre que possível, há rotatividade de funções, de modo a dotar os funcionários de diversas competências e possibilitar substituições quando alguns faltam. Na área administrativa, foi implementada a gestão por processos que, segundo os entrevistados, tem permitido um atendimento mais personalizado e eficaz. Porém, foi salientada a insuficiência de assistentes operacionais na EB2/3, com reflexos negativos no acompanhamento dos alunos.

As necessidades de formação são identificadas nos departamentos e dadas a conhecer ao Centro de Formação de Professores do Concelho de Loulé e S. Brás de Alportel, que nem sempre tem dado resposta às solicitações dos docentes. A nível interno, têm sido desenvolvidas algumas acções de formação destinadas ao pessoal docente e não docente, ministradas por professores do Agrupamento e por formadores externos, designadamente sobre as novas tecnologias (plataforma *Moodle* e criação de “Blogues”), “Higiene e Segurança Alimentar” e “Abusos Sexuais e Internet”. Contudo, foi manifestada a insuficiência de formação sobre o funcionamento dos quadros interactivos, o que, segundo os entrevistados, inviabiliza a sua utilização. Para o pessoal não docente, foram promovidas acções de formação sobre as normas da “HACCP” (“Hazard Analysis Critical Control Point”), “Socorrismo” e “Relações Interpessoais”. Os funcionários dos serviços administrativos frequentaram formação no âmbito dos programas informáticos e contabilísticos que utilizam (“JPM” e “CONTAB”).

### 3.3 GESTÃO DOS RECURSOS MATERIAIS E FINANCEIROS

A escola sede foi construída em 2002 e oferece condições de segurança e bem-estar, à excepção dos espaços desportivos que, segundo os entrevistados, apresentam insuficiências, quer ao nível da dimensão, quer quanto aos equipamentos e materiais. Também foi referida a carência de espaços específicos para as turmas dos actuais CEF, nomeadamente uma cozinha, assim como gabinetes de trabalho e de atendimento aos EE. De um modo geral, o estado de conservação das salas de aula é bom e os espaços comuns estão decorados com trabalhos dos alunos. Os laboratórios são adequados, não tendo sido evidente a falta de equipamentos que justifiquem o limitado desenvolvimento de práticas experimentais. O apetrechamento informático é uma prioridade do Agrupamento, visível na

criação da BE/CRE e da sala de Informática, com computadores ligados à Internet, embora, segundo os entrevistados, ainda seja uma área deficitária. Esta escola permite o acesso de pessoas com mobilidade condicionada. Para o 1.º CEB, foi recentemente construída, pela Autarquia, a EB1/JI Hortas de Santo António, de modo a dar resposta ao elevado número de alunos que procuravam o Agrupamento, o que permitiu o funcionamento de todas as turmas em regime normal. Contudo, os JI não dão resposta a todas as crianças em idade pré-escolar, existindo listas de espera. A melhoria das restantes EB1 e JI é uma preocupação da Autarquia, evidente nos melhoramentos da EB1 Mãe Soberana, nomeadamente na BE/CRE, no refeitório, nas instalações sanitárias e nos espaços exteriores, bem como nas obras de ampliação a decorrer nas EB1 da Estação e EB1/JI de Gilvrasino.

As receitas do Agrupamento derivam, principalmente, dos projectos financiados pelo Programa Operacional do Potencial Humano (POPH) e pela Fundação “Jack Petchey”, do PAM, do PNL, do Desporto Escolar, do projecto PLNM, da participação em concursos promovidos por estabelecimentos comerciais e da realização de protocolos com entidades locais, em particular com a Autarquia que, entre outras comparticipações, atribui anualmente uma verba para visitas de estudo. A cedência, a título oneroso, das instalações desportivas e os lucros do bufete, do bar dos professores, da reprografia e da papelaria também têm permitido a angariação de fundos. Estas receitas têm sido aplicadas na aquisição de equipamentos informáticos e multimédia, na renovação do material didáctico e na requalificação da sala dos alunos da EB2/3.

### 3.4 PARTICIPAÇÃO DOS PAIS E OUTROS ELEMENTOS DA COMUNIDADE EDUCATIVA

No sentido de envolver os EE, no início do ano lectivo, são realizadas, em cada uma das escolas associadas, reuniões gerais que, para além dos EE e do pessoal docente e não docente, contam com a presença de elementos da CEI, da respectiva Junta de Freguesia e da Associação de Pais/Encarregados de Educação (APEE). Na escola sede, estas reuniões são coordenadas pelos directores de turma. Nestas sessões, são dadas a conhecer, entre outras informações, as normas de funcionamento do Agrupamento, os critérios de avaliação dos alunos, as planificações anuais e o número de dias/aulas a leccionar em cada período lectivo. Também têm sido organizadas acções de esclarecimento para os EE sobre diversas temáticas, como “Alimentação e Refeitórios Escolares”, “Higiene Oral” e “Educação Sexual”, sessões que contaram com a colaboração de técnicos especialistas do Centro de Saúde de Loulé e de outras entidades locais. Nos JI e nas EB1, os EE são envolvidos em iniciativas desenvolvidas nas salas de actividades/aulas, fazendo demonstrações de profissões, contando histórias ou confeccionando receitas culinárias, nomeadamente os de nacionalidade estrangeira. Também são convidados a participar em eventos como a “Semana da Leitura”, a “Sopalândia” e as festas de Natal, “Dia do Pai/Mãe”, Carnaval e “Encerramento do Ano Lectivo”. Alguns docentes envolvem os EE na dinamização do PNL e em projectos, como “Crescer com os Pais”. Os CEF, o “Clube do Teatro” e as actividades desenvolvidas nas BE/CRE também têm chamado os EE à escola, através da organização de jantares/cocktails, espectáculos e exposições. A APEE participa activamente nas actividades escolares, pois, para além de estar representada nos órgãos de gestão pedagógica, estabelece frequentes contactos informais com a CEI que, por sua vez, procura comparecer nas reuniões de pais convocadas pela APEE, de modo a haver uma actuação concertada. Na escola sede, é disponibilizado um gabinete de trabalho para a APEE (actualmente partilhado com o funcionário responsável pela segurança) e existe uma “caixa de sugestões” no átrio desta escola, onde os EE podem colocar questões, dúvidas e propostas. Esta Associação é responsável pela gestão das actividades de expressão musical e motora oferecidas às crianças que frequentam o JI Mira Serra, tendo participado, também, na colocação de cacifos nos balneários da EB2/3 e na aquisição dos cartões magnéticos. Todavia, a participação dos EE foi considerada insuficiente, principalmente nos 2.º e 3.º CEB, o que se reflecte na baixa percentagem de sócios da APEE (10%) e no reduzido número de participantes nos referidos eventos.

### 3.5 EQUIDADE E JUSTIÇA

A oferta de alternativas formativas através dos CEF e da Unidade de Transição é, segundo os entrevistados, fundamental para o encaminhamento dos alunos com percursos curriculares

específicos, dando resposta às suas diferentes vocações e interesses, e assumindo-se como oportunidades de sucesso. As AEC no 1.º CEB, os apoios educativos aos alunos que demonstram dificuldades de aprendizagem e as aulas de português para os de nacionalidade estrangeira, tendo em conta o seu nível de proficiência linguística, também pretendem dar respostas diferenciadas a todos os alunos. Na Área de Projecto, são desenvolvidos diversos temas no âmbito da multiculturalidade, por vezes divulgados no jornal escolar “Reticências”, que pretendem valorizar os costumes e as tradições dos alunos de nacionalidade estrangeira, dando-lhes a oportunidade de partilhar a sua cultura com os seus pares (Semanas “Intercultural” e “Gastronómica”). Os critérios de avaliação foram considerados justos pelos alunos e EE interpelados, que também mostraram agrado relativamente aos horários dos alunos, aos critérios de constituição de turmas, à criação de espaços lúdicos e didáticos onde todos têm acesso a recursos materiais diversificados, como as BE/CRE e a sala de Informática, e à atribuição de suplementos alimentares aos alunos que, pontualmente, manifestam carências e não beneficiam de auxílios económicos. Pelo contrário, foi questionada a justeza e a igualdade de oportunidades proporcionada com a oferta de actividades de Música, Ballet e “Playgim” apenas a algumas crianças do JI Mira Serra, cuja frequência depende dos recursos económicos dos respectivos EE.

## 4. LIDERANÇA

### 4.1 VISÃO E ESTRATÉGIA

Foi reconhecido o dinamismo da CEI no desenvolvimento de medidas orientadas para uma maior articulação entre os diferentes ciclos e as escolas associadas, bem como para a contínua melhoria das condições de aprendizagem dos alunos. Este órgão de gestão mostrou-se particularmente atento à segurança dos espaços escolares, à prevenção de comportamentos de risco e à oferta de respostas formativas diferenciadas, designadamente aos alunos que frequentam a Unidade de Transição. Os CEF foram resposta a uma turma de percursos curriculares alternativos existente no ano lectivo transacto, estando prevista a criação de um novo curso, eventualmente de Jardinagem, como resposta ao insucesso verificado no 5.º ano de escolaridade. Têm sido estabelecidos contactos com a Escola Secundária de Loulé, no sentido de que seja oferecido um curso profissional aos alunos que concluem os CEF. A formação da população adulta, iniciada na escola sede no presente ano lectivo, também está a ser vista como uma estratégia de desenvolvimento organizacional. Relativamente ao CP, foi relevada a actuação concertada com a CEI, embora tenha sido evidente a necessidade de intensificar a monitorização das práticas pedagógicas e a consequente implementação de acções de melhoria. Os docentes reconhecem que os coordenadores das estruturas intermédias assumem as suas competências, tendo sido enfatizado o trabalho dos directores de turma que, na generalidade, mobilizam os professores para a realização de actividades interdisciplinares e para a utilização de estratégias diferenciadas, o que foi perceptível nos PCT analisados. Contudo, alguns coordenadores de estabelecimento demonstraram dificuldade na assunção das competências inerentes àquele cargo.

### 4.2 MOTIVAÇÃO E EMPENHO

Os entrevistados evidenciaram a liderança positiva, disponível e empenhada da CEI e, por sua vez, mostraram-se motivados para o exercício das suas funções, manifestando, quer os docentes, quer os não docentes, um elevado sentido de pertença relativamente à escola onde trabalham. O mesmo sentimento foi perceptível nos alunos, que reconheceram as iniciativas desenvolvidas no sentido de os motivar para o processo de ensino e aprendizagem, designadamente a atribuição de prémios, a eleição de delegados de turma e a realização de reuniões com os mesmos para auscultação das suas opiniões e sugestões. Alguns clubes surgiram de propostas de alunos que, supervisionados por docentes, causam actualmente um elevado impacto na comunidade – o “Clube do Teatro”, dinamizado por professores de Inglês e o “Grupo Estrompitos”, no 1.º CEB, impulsionado por um docente das AEC. O trabalho desenvolvido pelo núcleo de apoio educativo, em articulação com diversas entidades; o envolvimento da equipa das BE/CRE em iniciativas que integram alunos e EE de todas as escolas; e a apazibilidade dos espaços também reflectem a motivação do pessoal docente e não docente.

#### 4.3 ABERTURA À INOVAÇÃO

As novas tecnologias são uma das actuais prioridades do Agrupamento, visível na utilização da plataforma Moodle por alguns professores, no uso de cartões magnéticos por todos os alunos do Agrupamento, na construção e actualização da página da Internet e na criação de diversos “Blogues”, onde são disponibilizados materiais e informações a toda a comunidade. Outras diligências têm sido desenvolvidas no sentido de melhorar o equipamento informático e intensificar a sua utilização na sala de aula, existindo, para além de computadores de mesa, 24 portáteis, cinco projectores multimédia e dois quadros interactivos. Nos JI e nas EB1, todas as salas de actividades/aula possuem, pelo menos, um computador com ligação à Internet, tendo sido elevada a adesão dos alunos à iniciativa “Magalhães”. Todavia, foi referida a insuficiência e a desactualização de alguns dos equipamentos, bem como a reduzida formação promovida neste âmbito, sobretudo no que diz respeito aos quadros interactivos, o que se traduz na pouca utilização destes recursos na sala de aula.

#### 4.4 PARCERIAS, PROTOCOLOS E PROJECTOS

O Agrupamento estabeleceu protocolos de colaboração com a Câmara Municipal de Loulé que, por vezes, em articulação com a APEE e as Juntas de Freguesia, está implicada na colocação de recursos humanos; na beneficiação, manutenção e apetrechamento dos edifícios escolares; na oferta das AEC aos alunos do 1.º CEB; no fornecimento de refeições aos alunos das EB1/JI; no transporte para visitas de estudo e para eventos desportivos; e na dinamização de projectos concelhios, como “Ludo-Rodas”, “Crescer a Brincar” e “Sopalândia”. Outras entidades colaboram nos estágios profissionais dos CEF, nomeadamente o NERA, Associação Empresarial da Região do Algarve e a Empresa Turística VilaSol. A Protecção Civil, os Bombeiros Municipais, a Comissão de Protecção a Crianças e Jovens, a Guarda Nacional Republicana, o Grupo de Atendimento à Saúde Mental Infantil, a Casa da Primeira Infância, a Fundação António Aleixo e o Centro de Saúde de Loulé estão envolvidos em acções de apoio social e comunitário. A adesão a projectos nacionais e regionais tem sido considerada uma mais-valia para a formação cívica dos alunos, sendo de relevar os projectos Educação para a Saúde (PES), “Fitnessgram”, “Fish Parade”, “Atlante”, “Rolhão”, “Aprender a Empreender”, “Agenda 21”, “Eco-Escolas”, “O Ambiente é de Todos”, “Educação Ambiental pela Arte” (PREAA) e o Desporto Escolar, com as modalidades de Ténis, Golfe, Badmington e Desportos Gímnicos.

### 5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DO AGRUPAMENTO

#### 5.1 AUTO-AVALIAÇÃO

O processo formal de auto-avaliação iniciou-se em Outubro de 2008 e teve por base os cinco domínios da Avaliação Externa das Escolas – Resultados, Prestação do Serviço Educativo, Organização e Gestão Escolar, Liderança, Capacidade de Auto-Regulação e Melhoria –, tendo sido desenvolvido por igual número de equipas, constituídas por quatro ou cinco docentes, essencialmente dos 2.º e 3.º CEB, designados pelo Presidente da CEI. Para o efeito, cada um dos grupos levou a cabo procedimentos diferenciados, que se traduziram na elaboração e na aplicação de questionários a alunos, pessoal docente e não docente, EE e a algumas entidades que colaboram com o Agrupamento; na consulta de actas dos diferentes órgãos e estruturas de supervisão pedagógica; na realização de entrevistas ao órgão de gestão e a alguns funcionários; na análise dos resultados escolares obtidos, nos últimos três anos, nas disciplinas de LP e de Matemática; na sua comparação com os resultados nas provas de aferição e nos exames nacionais, e na confrontação dos índices de sucesso com os do Agrupamento de Escolas Padre João Coelho Cabanita – Loulé. Os entrevistados reconhecem este processo avaliativo como válido para a sistematização de práticas de auto-avaliação que eram apenas pontuais e pouco consequentes. Todavia, maioritariamente, desconhecem os resultados do mesmo, uma vez que apenas foram divulgados na sessão de apresentação do Agrupamento realizada no âmbito da Avaliação Externa das Escolas, constatando-se que o modelo de avaliação adoptado e os resultados obtidos ainda não originaram a elaboração de planos de acção e a implementação de estratégias de melhoria.

## 5.2 SUSTENTABILIDADE DO PROGRESSO

Como oportunidades de sustentabilidade e de progresso do Agrupamento surgem o clima interno, a interacção com diversas entidades, nomeadamente a Autarquia e a APEE, e com instituições de solidariedade social, a crescente diversidade da oferta formativa, a motivação dos docentes e não docentes e as acções para a integração dos alunos estrangeiros e dos que necessitam de apoios específicos. São reconhecidos, como aspectos a melhorar, a articulação e a sequencialidade curricular entre ciclos e departamentos e o processo de auto-avaliação, ainda pouco estruturado, factores que os entrevistados consideraram importantes para o progresso do Agrupamento.

## V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, apresenta-se uma selecção dos atributos do **Agrupamento de Escolas Engenheiro Duarte Pacheco** (pontos fortes e fracos) e das condições de desenvolvimento da sua actividade (oportunidades e constrangimentos). A equipa de avaliação externa entende que esta selecção identifica os aspectos estratégicos que caracterizam o Agrupamento e define as áreas onde devem incidir os seus esforços de melhoria. Entende-se aqui por ponto forte: atributo da organização que ajuda a alcançar os seus objectivos; por ponto fraco: atributo da organização que prejudica o cumprimento dos seus objectivos; por oportunidade: condição ou possibilidade externas à organização que poderão favorecer o cumprimento dos seus objectivos; por constrangimento: condição ou possibilidade externas à organização que poderão ameaçar o cumprimento dos seus objectivos. Os tópicos aqui identificados foram objecto de uma abordagem mais detalhada ao longo deste relatório.

### Pontos fortes

- A melhoria das classificações dos alunos nos exames nacionais do 3.º CEB, nos últimos anos lectivos, com valores positivos em Língua Portuguesa e em Matemática, no ano transacto.
- A mobilização dos alunos para a participação na vida escolar e a diversificação da oferta formativa, o que tem contribuído para um maior interesse pelas aprendizagens escolares e para a redução dos casos de indisciplina.
- O empenho e a motivação dos diferentes agentes educativos, nomeadamente da Comissão Executiva Instaladora, o que tem viabilizado a dinamização de diversos projectos e o estabelecimento de parcerias com diferentes entidades, com reflexos positivos na melhoria da qualidade da resposta educativa e no impacto do serviço do Agrupamento na comunidade.

### Pontos fracos

- A insuficiente articulação curricular entre os diferentes ciclos, o que não promove nem a partilha de experiências pedagógicas nem a sequencialidade dos conteúdos programáticos leccionados nas diversas áreas curriculares e níveis de ensino.
- A diminuta supervisão das práticas pedagógicas, o que não contribui para um processo de monitorização contínuo e a conseqüente concretização de estratégias de melhoria.
- A falta de consistência do processo de auto-avaliação, que ainda não permitiu gerar planos de acção conducentes à implementação de medidas de superação dos domínios menos conseguidos no desempenho do Agrupamento.

### Oportunidades

- O desenvolvimento de outros projectos e parcerias com entidades diversas, a nível local e regional, designadamente com as que integram o Conselho Geral Transitório, pode, ainda, contribuir para uma maior diversidade da oferta educativa.

### Constrangimentos

- A alegada insuficiência de espaços e de equipamentos dificulta uma resposta escolar ajustada às necessidades e aos interesses dos alunos, com prejuízo para o seu sucesso e para a sua futura integração profissional.